26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO INDÍGENA NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO MUSEU DO ÍNDIO

INDIGENOUS INFORMATION AND KNOWLEDGE IN THE DIGITAL REPOSITORY OF THE MUSEUM OF THE INDIAN

Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Iane Maria da Silva Batista – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O avanço das tecnologias digitais têm fortalecido o uso de repositórios digitais na preservação e disseminação do patrimônio cultural, incluindo os saberes e memórias dos povos indígenas. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o repositório digital Tainacan sob a perspectiva da representação da informação e do conhecimento indígena, investigando como seus metadados podem contribuir para a salvaguarda digital desses acervos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando como objeto de estudo o repositório do Museu do Índio, com foco na análise dos metadados do item "Cobre-nuca de capacete". Como parâmetros analíticos, foram adotados a Resolução Normativa Ibram n. 6 de 2021 e as Características Estruturantes do Conhecimento Indígena. Os resultados indicam que o Tainacan apresenta potencial para uma representação mais inclusiva e contextualizada, contemplando dimensões como oralidade, territorialidade e coletividade. Conclui-se que a participação indígena é essencial para uma salvaguarda digital ética e culturalmente representativa.
Palavras-chave: povos indígenas; representação da informação e do conhecimento; Tainacan; metadados; Museu do Índio.

Abstract: The advancement of digital technologies has strengthened the use of digital repositories in The advancement of digital technologies has strengthened the use of digital repositories in the preservation and dissemination of cultural heritage, including the knowledge and memories of indigenous peoples. In this context, this work aims to analyze the Tainacan digital repository from the perspective of the representation of indigenous

information and knowledge, investigating how its metadata can contribute to the digital safeguarding of these collections. The research has a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, using the repository of the Museum of the Indian as a case study, focusing on the analysis of the metadata of the item "Heel nape cover". As analytical parameters, Ibram Normative Resolution No. 6 of 2021 and the Structuring Characteristics of Indigenous Knowledge were adopted. The results indicate that Tainacan has the potential for a more inclusive and contextualized representation, encompassing dimensions such as orality, territoriality, and collectivity. It is concluded that indigenous participation is essential for an ethical and culturally representative digital safeguarding.
Keywords: indigenous peoples; representation of information and knowledge; Tainacan; metadata; museum of the indian.

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente valorização da preservação da memória social, os repositórios digitais têm se consolidado como importantes instrumentos para a organização, preservação e disseminação da informação. No campo do patrimônio cultural, essas plataformas assumem um papel ainda mais relevante ao possibilitar o registro e a salvaguarda de diferentes manifestações culturais, incluindo aquelas pertencentes aos povos indígenas, cujos saberes, tradições e formas de expressão constituem um patrimônio ancestral de grande importância histórica, social e identitária.

Entretanto, quando se trata da informação indígena, a discussão sobre preservação digital ultrapassa aspectos meramente técnicos. Trata-se também de refletir sobre questões relacionadas à representatividade, ao respeito às especificidades culturais e ao direito das próprias comunidades indígenas de participarem do processo de organização, descrição e controle sobre seus conhecimentos e patrimônios. Nesse sentido, a representação da informação torna-se elemento central, uma vez que os metadados utilizados para descrever objetos digitais podem contribuir tanto para a valorização quanto para a invisibilização de dimensões culturais fundamentais desses acervos.

Diante desse cenário, destaca-se o Tainacan, plataforma brasileira voltada para a criação e gestão de repositórios digitais, amplamente utilizada por instituições culturais, museus e centros de memória. Por sua flexibilidade na construção de esquemas de metadados e pela possibilidade de adaptação a diferentes contextos informacionais, o Tainacan apresenta potencial para atender às demandas relacionadas à salvaguarda digital de acervos indígenas. Contudo, torna-se necessário investigar em que medida essa ferramenta

contempla aspectos fundamentais para uma representação informacional que esteja alinhada às diretrizes de proteção, valorização e respeito ao patrimônio cultural indígena.

O Tainacan tem um potencial significativo para se adaptar às realidades locais, mas uma questão fundamental se apresenta: quais os desafios de representação da informação na descrição de acervos de informação indígenas em repositórios digitais?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar o Tainacan sob a perspectiva da representação da informação e do conhecimento, buscando compreender como seus metadados podem contribuir para a salvaguarda digital da informação indígena, a partir do repositório do Museu do Índio. “São mais de 20 mil objetos contemporâneos, na sede, expressões da cultura material de aproximadamente 150 povos indígenas que viveram e vivem no território brasileiro” (Monteiro, 2026, não paginado). O objeto de pesquisa se justifica pois “[...] o Museu Nacional dos Povos Indígenas[1] é uma referência nacional em pesquisas antropológicas e linguísticas sobre os povos indígenas brasileiros” (Monteiro, 2026, não paginado).

Nesse contexto, a instituição desenvolve, há mais de uma década, um trabalho contínuo voltado à documentação, organização e divulgação do patrimônio cultural indígena, tanto em suas dimensões materiais quanto imateriais. Essas ações são realizadas em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e com representantes dos próprios povos indígenas envolvidos nos projetos.

Como resultado desse esforço, foram criadas exposições presenciais e virtuais, bases de dados especializadas e mais de 70 publicações ao longo dos últimos anos. Tais iniciativas contribuem para ampliar e democratizar o acesso às informações sobre as culturas indígenas, fortalecendo a preservação e a valorização de seus conhecimentos, memórias e tradições. (Brasil, 2024).

[1] Ao criar o Museu, em 1953, o antropólogo Darcy Ribeiro o denominou Museu do Índio. Passados 71 anos, esta nomenclatura tornou-se obsoleta, pois contraria o principal propósito de seu fundador, que era o de combater o preconceito contra os povos indígenas. Índio é um termo genérico usado pelos colonizadores para se referir aos povos nativos, e omite a diversidade de culturas e línguas, além de conter uma carga de discriminação. Esse termo começou a ser questionado com o crescimento do ativismo indígena, a partir dos anos 1970. Da mesma forma, assim que entrou em exercício, em 19 de dezembro de 2023, a nova diretora do Museu, órgão científico-cultural da Funai, deu início ao processo para que o nome da instituição seja modificado para Museu Nacional dos Povos Indígenas. Neste momento, a proposta de alteração do nome do museu já foi aprovada pela Funai e está aguardando o aceite do Ministério dos Povos Indígenas para que possa seguir para a Casa Civil. Depois, é necessária a aprovação da Presidência da República, e, por fim, o regimento interno da Funai deve ser modificado para incluir o nome do Museu (Brasil, 2024).

Para isso, considera-se o diálogo com normativas e diretrizes voltadas à documentação museológica e à proteção do patrimônio cultural, como a Resolução Normativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) nº 6, de 2021, que orienta práticas mais alinhadas às especificidades culturais dos bens patrimonializados. Espera-se, com este estudo, contribuir para o debate sobre a construção de repositórios digitais mais inclusivos, éticos e comprometidos com a preservação e valorização das memórias e saberes indígenas.

2 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO INDÍGENA E REPOSITÓRIOS

No contexto atual, os repositórios digitais vêm ganhando cada vez mais espaço no meio acadêmico, especialmente quando se trata da preservação, organização e disseminação de acervos digitais. As bibliotecas universitárias, em particular, têm utilizado os Repositórios Institucionais (RI) como importantes ferramentas para promover o acesso, o uso e a divulgação da produção científica de suas instituições. Segundo pesquisa de Santos e Araújo (2025), foram mapeados 180 RI, sendo 81 apenas de universidades públicas. No entanto, alguns grupos sociais permanecem historicamente à margem desse processo, como é o caso dos povos indígenas, cujos saberes e conhecimentos, construídos e transmitidos ao longo de gerações, enfrentam riscos crescentes de desaparecimento.

Com a ampliação das políticas de inclusão e do acesso de grupos historicamente marginalizados às instituições de ensino e pesquisa, os repositórios institucionais passaram a incorporar em seus acervos a produção científica desses segmentos. Entre eles, destacam-se os povos indígenas, cuja crescente participação no meio acadêmico tem contribuído para a inserção de novas perspectivas, saberes e formas de produção do conhecimento nas instituições (Periotto *et al.*, 2024).

Assim como a sociedade não indígena, os povos indígenas são cidadãos, usuários e produtores de informação e conhecimento. No entanto, ainda são pouco mencionados e reconhecidos no campo da Ciência da Informação como sujeitos informacionais, apesar da necessidade de se apropriarem desses valiosos recursos para fortalecer sua inserção sociocultural, promover o empoderamento etnocultural e enfrentar desafios e lacunas informacionais em seus contextos (Arruda; Caldas, 2022).

Esses desafios se manifestam, inclusive, na perda gradual de elementos fundamentais de sua identidade cultural, como as línguas indígenas, que em alguns casos já se encontram

em processo de extinção. Segundo Lima *et al.* (2026) "[...] há 243 línguas que se encontram em situação de línguas ameaçadas de desaparecer" a exemplo das línguas Palikur e Apinajé.

Quando se aborda o patrimônio cultural indígena, seja ele material ou imaterial, é essencial reconhecer que as próprias comunidades indígenas devem ter autonomia e controle sobre aquilo que lhes pertence. Isso envolve não apenas objetos ou registros, mas também suas culturas, histórias, ritos, línguas, adornos, fotografias pessoais e tantos outros elementos que formam um patrimônio ancestral significativo. Garantir esse protagonismo é respeitar seus direitos, suas memórias e a continuidade de seus saberes para as futuras gerações (Torino; Carrasco; Vidotti, 2024).

Apesar de uma vasta tipologia documental que pode ser observada nos povos indígenas, pouca coisa se tem registrado devido às proporções de dimensão e diversidades de grupos em todo o território brasileiro. O Museu do Índio - FUNAI em seu acervo digital demonstra o expressivo volume do material representativo da cultura e ancestralidade dessas comunidades.

Os conhecimentos oriundos de povos e comunidades indígenas, embora sejam milenares, dinâmicos e profundamente conectados à natureza e às dimensões espirituais da vida, historicamente foram colocados à margem dos sistemas formais de produção e validação do conhecimento científico. Essa marginalização se expressa, entre outros aspectos, pela exclusão recorrente dos saberes tradicionais dos currículos acadêmicos e pela resistência institucional e epistemológica em reconhecê-los como formas legítimas, complexas e valiosas de conhecimento (Fonseca, 2026).

Nesse contexto, de acordo com Krenak (2020, p. 32) "Muitos povos, de diferentes matrizes culturais, têm a compreensão de que nós e a Terra somos uma mesma entidade, respiramos e sonhamos com ela", essa passagem sintetiza uma visão espiritual na qual a Terra é concebida como um ser vivo do qual os humanos fazem parte.

Dessa maneira, o conhecimento indígena pode ser classificado de diversas formas, a partir de conceitos que representam significados importantes na história, no modo de viver e sua espiritualidade. "Essas populações, possuem uma vasta riqueza etnocultural de saberes e conhecimentos tradicionais, que, deveriam ser reconhecidas e valorizadas mundialmente" (Arruda; Caldas, 2022, não paginado). Baniwa (2023), cita dois tipos de conhecimentos que foram desenvolvidos pelos indígenas como seus milenares conhecimentos medicinais.

Alguns estudiosos estimam que os índios do Brasil já chegaram a dominar uma cifra de mais de 200.000 espécies de plantas medicinais (Baniwa, 2023), assim como também “[...] sua forte ligação com a floresta, descobriram nela uma variedade de alimentos, como a mandioca (e suas variações como a farinha, o pirão, a tapioca, o beiju e o mingau), o caju e o guaraná, utilizados até hoje na alimentação” (Baniwa, 2023, p. 22).

Essa diversidade do conhecimento indígena se aplica a várias questões que remetem aos saberes e fazeres cotidianos. A intelectualidade indígena abrange diferentes formas de produção e transmissão de conhecimentos, envolvendo os saberes do xamanismo, das plantas, das rezas, dos cantos, da organização social e da relação com a terra. Nesse sentido, ao utilizar o termo "intelectualidade", é necessário reconhecer que ele não se limita à concepção mental e ocidental tradicionalmente associada à figura do intelectual. A intelectualidade indígena ultrapassa essa definição, incorporando modos próprios de conhecer, interpretar e se relacionar com o mundo (Seixlack, 2026).

As características estruturantes do conhecimento indígena podem ser compreendidas a partir de alguns conceitos centrais que revelam sua singularidade epistemológica: a oralidade, como principal meio de transmissão dos saberes por meio de narrativas, cantos, rezas e práticas intergeracionais; a ancestralidade, que confere legitimidade ao conhecimento a partir da memória coletiva e da relação contínua com os ancestrais e seres espirituais; a espiritualidade, marcada pela interconexão entre humanos, natureza e entidades não humanas em uma lógica cosmológica integrada; a coletividade, que entende o conhecimento como patrimônio comunitário, construído e validado de forma compartilhada; a territorialidade, que vincula o saber à experiência concreta com o território, reconhecendo-o como fonte e agente do conhecimento; a indissociabilidade entre saber e fazer, que evidencia o caráter prático, experiencial e performativo da aprendizagem; e, por fim, a cosmopolítica, que integra conhecimento, ética e organização da vida coletiva, demonstrando que o saber indígena não apenas explica o mundo, mas orienta as relações e o equilíbrio entre todos os seres (Fonseca, 2026).

Nesse sentido, Baniwa (2023) ressalta que as culturas indígenas também manifestam os grandes valores universais “Nas solenidades das festas e dos rituais, no refinamento e beleza das vestimentas, na pintura corporal, na educação comunitária dos filhos, na concepção sagrada do território, da natureza e do cosmos” (Baniwa, 2023, p. 13). Dessa forma,

todas essas representações "[...] manifestam a consciência ancestral, histórica, moral, estética, ética, religiosa e social" (Baniwa, 2023, p. 13).

No entanto, seu conhecimento não vem apenas de objetos, mas do seu sentimento de pertencimento na terra, como podemos observar na fala de Krenak (2020, p. 12) "Se uma parte de nós acha que pode colonizar outro planeta, significa que ainda não aprenderam nada com a experiência aqui na Terra". A afirmação critica a lógica colonial que compreende o território apenas como um espaço a ser ocupado, explorado e dominado. A ideia de colonizar outros planetas reproduz a mesma visão que historicamente resultou na exploração da natureza e na expropriação dos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais. Para Krenak, o território não é apenas uma extensão física, mas um espaço de pertencimento, identidade e relação com todos os seres que nele habitam.

Conforme evidenciado por Amorim (2024), o processo de inserção das perspectivas cosmológicas indígenas, distintas dos modelos de pensamento conhecidos e reconhecidos no *mainstream* científico ocidental, nos processos de organização da informação, ainda é muito incipiente, o que reforça a necessidade e a relevância de pesquisas sobre esse tema no contexto da Ciência da Informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. O estudo busca analisar em que medida o repositório digital Tainacan oferece suporte à salvaguarda digital de informação indígena, sob a perspectiva da representação da informação. A pesquisa investigou o repositório digital do Museu do Índio - FUNAI, pois ele utiliza a plataforma Tainacan para inserir os seus itens e contempla um acervo com diversas tipologias documentais indígenas, a saber: adornos e materiais ecléticos, indumentária e toucador; adornos plumários; armas; cerâmica; cordões e tecidos; etnobotânica; instrumentos musicais e de sinalização; objetos rituais, mágicos e lúdicos; trançados; utensílios e implementos de materiais ecléticos.

Foram analisados como instrumentos de representação da informação nesta pesquisa os metadados utilizados no acervo digital do Museu do Índio. Como parâmetros de elegibilidade do esquema de descrição utilizado via Tainacan no Museu, utilizou-se a resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021, que normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, onde consta no capítulo II "Dos elementos de descrição":

> Art. 7º Para fins de identificação do bem cultural musealizado no INBCM, os elementos de descrição que deverão compor as informações no preenchimento da declaração do inventário, de acordo com as especificidades das áreas da Museologia, da Biblioteconomia e da Arquivologia, são os seguintes: I - número de registro [...]; II - outros números [...]; III – situação [...]; IV – denominação [...]; V – título [...]; VI – autor [...]; VII – classificação [...]; VIII - resumo descritivo [...]; IX – dimensões [...]; X material/técnica [...]; XI - estado de conservação [...]; XII - local de produção [...]; XIII - data de produção [...]; XIV - condições de reprodução [...]; XV - mídias relacionadas [...] (IBRAM, 2021, não paginado).

São 15 elementos de descrição para bens musealizados, os quais nos repositórios identificamos como metadados que ajudam a descrever e recuperar a informação.

Outro parâmetro utilizado para a análise da representação do conhecimento dos metadados baseia-se nas Características Estruturantes do Conhecimento Indígena (CECI) descrito por Fonseca (2025) no artigo “A anatomia do conhecimento indígena na perspectiva da Ciência da Informação: uma percepção epistemológica”, como sendo: a oralidade, ancestralidade, espiritualidade, coletividade, territorialidade, indissociabilidade entre o saber e o fazer e o caráter cosmopolítico do conhecimento indígena. O objetivo da análise foi utilizar os parâmetros dos elementos de descrição da resolução do Ibram, juntamente com as CECI para avaliar a representação da informação e do conhecimento indígena na plataforma Tainacan utilizada no repositório do Museu do Índio.

Para este artigo foi utilizado como exemplo um item da coleção “Adornos plumários”: o “Cobre-nuca de capacete”[2]. O item foi escolhido por ser uma peça que tem sua origem na região norte e ser da comunidade Palikur, situado no estado do Amapá; logo, remete a uma identificação de povos que viveram na Amazônia. Desse modo, para gerar os resultados foi elaborado um quadro com cinco colunas divididas em: Categoria analítica; Título do metadado; Função da representação da informação; Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021) e Parâmetro II (CECI).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

[2] O item pode ser acessado pelo link: https://tainacan.museudoindio.gov.br/museu-do-indio/capacete-palikur-2007/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=5&source_list=term&source_entity_id=185&ref=%2Fcategoria%2Fadornos-plumarios%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dmasonry%26order%3DDESC%26orderby%3Ddate%26fetch_only_meta%3D%26paged%3D1%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription.

Para a análise dos resultados os dados, divididos em 5 categorias, foram organizados no quadro 1, mostrando os metadados extraídos de um item da coleção “Adornos plumários” do repositório digital do museu.

A “Categoria analítica” indica a divisão dos metadados por função. Nesse caso, foram identificadas seis: identificação do objeto; descrição física e material; descrição intelectual/ contextual; autoria e proveniência cultural; gestão museológica; controle informacional e documentação. A opção por essa divisão no quadro tem o propósito de organizar os metadados por categorias e facilita a identificação no contexto organizacional que foi elaborado.

Na categoria “título do metadado” está descrito os nomes dos metadados, não na sequência que estão dispostos na visualização do item no repositório digital, mas de acordo com a “categoria analítica” para melhor contextualização desses dados na análise. Já na categoria “função na representação da informação” buscou-se descrever a função do metadado no repositório e qual sua atribuição no sentido da representação da informação para o melhor uso, busca e recuperação dessa informação na plataforma.

As duas últimas colunas correspondem aos parâmetros que foram utilizados nesta pesquisa (Resolução do Ibram e CECI) para analisar os metadados descritos no repositório digital do museu. Abaixo segue o quadro 1.

Quadro 1 - Quadro analítico dos metadados

Categoria analítica	**Título do metadado**	**Função na representação da informação**	**Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021)**	**Parâmetro II (CECI)**
1. Identificação do objeto	Número do item	Identificador único do objeto no sistema; permite controle, rastreamento e recuperação precisa.	Correspondência direta	-
	Tripticos	Indica organização estrutural ou agrupamento do item (ex.: conjunto dividido em partes); auxilia na relação entre objetos.	-	-

Categoria analítica	Título do metadado	Função na representação da informação	Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021)	Parâmetro II (CECI)
	Nome do item	Denominação principal atribuída ao objeto; facilita identificação e busca.	Correspondência direta	-
	Nome do item de acordo com o dicionário	Padronização terminológica com vocabulário controlado; favorece consistência e interoperabilidade.	-	-
2. Descrição física e material	Dimensões	Registra características físicas (altura, largura, profundidade); importante para descrição material e conservação.	Correspondência direta	-
	Técnica de confecção	Informa como o objeto foi produzido; contextualiza saberes técnicos e culturais.	Correspondência parcial	Indissociabilidade entre o saber e o fazer
	Matéria-prima	Identifica os materiais constitutivos; essencial para descrição, conservação e estudos etnográficos.	Correspondência parcial	Territorialidade
3. Descrição intelectual / contextual	Descrição	Apresenta resumo detalhado das características visuais, formais e simbólicas do objeto.	Correspondência direta	Todos
	Descritor temático	Termos de assunto/palavras-chave para indexação e recuperação temática.	-	Todos
	Observações sobre o item	Registra informações complementares não contempladas em outros campos.	-	Todos

Categoria analítica	Título do metadado	Função na representação da informação	Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021)	Parâmetro II (CECI)
	Função	Indica o uso ou finalidade cultural/social do objeto dentro da comunidade.	-	indissociabilidade de entre o saber e o fazer
4. Autoria e proveniência cultural	Povo	Identifica o grupo indígena associado ao objeto; fundamental para contextualização cultural.	-	Coletividade
	Autoidentificação	Registra a forma como o próprio povo se denomina; importante para representação ética e autorrepresentação.	-	Caráter Cosmopolítico
	Língua	Indica a língua relacionada ao objeto ou ao grupo; preserva patrimônio linguístico associado.	-	Oralidade
	Estado de origem	Localização administrativa ampla; facilita contextualização geográfica.	Complementa	Territorialidade
	Localização geográfica específica	Detalha procedência territorial exata (aldeia, rio, região); agrega precisão contextual.	Correspondência direta	Territorialidade
	País de origem	Situa o objeto em contexto nacional; importante para intercâmbio e interoperabilidade internacional.	Complementa	Territorialidade
	Nome étnico do item	Nome tradicional/original do objeto na língua indígena; preserva	-	Oralidade

Categoria analítica	Título do metadado	Função na representação da informação	Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021)	Parâmetro II (CECI)
		autenticidade cultural e semântica.		
	Data de confecção do item	Registra temporalidade da produção; auxilia em análises históricas e cronológicas.	Correspondência direta	Ancestralidade
5. Gestão museológica	Disponibilidade do objeto	Informa acesso, empréstimo, exposição ou restrições de uso.	Possível equivalência	-
	Coleção	Indica o conjunto documental ao qual o item pertence; estabelece vínculo institucional.	-	-
	Categoria	Classifica o objeto segundo tipologia museológica; facilita organização e navegação.	-	-
	Coletor	Identifica quem coletou ou registrou o objeto; importante para proveniência e trajetória documental.	-	-
	Data de aquisição	Registra quando o objeto entrou no acervo.	-	-
	Ano de aquisição do objeto	Complemento cronológico simplificado para análises e filtros temporais.	-	-
	Modo de aquisição	Informa forma de incorporação (doação, compra, coleta, permuta); relevante para gestão museológica.	-	-

Categoria analítica	Título do metadado	Função na representação da informação	Parâmetro I (resolução do Ibram n. 6 de 31 de agosto de 2021)	Parâmetro II (CECI)
	Número de peças	Quantifica itens vinculados ao registro; importante para controle físico.	-	-
	Estado de conservação	Avalia condição física do objeto; essencial para preservação e curadoria digital.	Correspondência direta	-
	Itens relacionados ao objeto	Estabelece vínculos com outros objetos ou documentos; favorece representação em rede e contexto ampliado.	Correspondência parcial	Caráter Cosmopolítico
	Responsável pela guarda	Indica pessoa/setor responsável pela custódia do objeto.	-	-
	Instituição detentora	Identifica a entidade que mantém legalmente o bem cultural.	-	-
6. Controle informacional e documentação	Referências bibliográficas	Relaciona fontes que documentam ou estudam o objeto; amplia contexto científico e valida informações.	-	Caráter Cosmopolítico

Fonte: elaboração própria (2026).

A partir do quadro 1, podemos observar que dos 32 metadados extraídos do item “Cobre-nuca de capacete” da coleção “adornos plumários” do museu, 13 contemplam, em algum aspecto, a dimensão da resolução do Ibram n. 6 de 2021. Foram identificados 7 com “correspondência direta”, 3 de “correspondência parcial”, 2 que “complementa” e 1 com “possível equivalência”.

Nessa primeira análise em relação ao parâmetro I, pode-se considerar que os metadados utilizados no Museu a partir do Tainacan contemplam de forma satisfatória a normativa. Uma característica da plataforma nesse sentido é que os campos podem ser

personalizados. Mesmo não contemplando todos os itens descritos pela instituição é possível contemplar todas as categorias.

Em relação ao parâmetro II (CECI), é possível identificar que 16 metadados correspondem a essa dimensão. 3 itens foram identificados como “Todos” contemplando assim todas as características estruturantes do conhecimento indígena. O metadado “Descrição”, por exemplo, pode registrar narrativas, significados e usos culturais do objeto. Nesse sentido, pode-se incluir diversas informações, desde características no campo da oralidade, ancestralidade ou espiritualidade, a depender do que o objeto representa.

Nos outros 13 metadados foi identificada pelo menos uma dimensão descrita das CECI conforme evidencia-se a seguir: No item “Técnica de confecção” foi identificado a dimensão “indissociabilidade entre o saber e o fazer”, que representa conhecimento tradicional incorporado em práticas e habilidades transmitidas. “Matéria-prima” com “territorialidade” onde demonstra conexão entre conhecimento e recursos do território. “Função” mostra como o objeto é usado dentro da vida social, ritual e cotidiana e também representa a “indissociabilidade entre o saber e o fazer”.

Além dos outros metadados, destacam-se 3 que apresentam uma representatividade muito marcante dos povos indígenas que são: “Povo”, que corresponde à dimensão de “coletividade”, ou seja, vincula o conhecimento ao grupo social que o produz e mantém. O Brasil é um país que devido à grandeza territorial, também possui uma diversidade étnica indígena dependendo da região, dessa forma, essa identificação é necessária para a representação da informação desses povos. Isso dialoga com o pensamento de Krenak (2020) segundo o qual “Essa experiência de uma consciência coletiva é o que orienta as minhas escolhas. É uma forma de preservar nossa integridade, nossa ligação cósmica” (Krenak, 2020, p. 19).

Ao discorrer sobre coletividade, Fonseca (2025, p. 7) afirma que “Não há, nos sistemas epistemológicos indígenas, a noção de autoria individual como na tradição científica ocidental”. Logo, a identificação do povo é informação fundamental para a descrição em um esquema de metadados que compreenda essa característica. Pois, como salientado por esse autor (Fonseca, 2025, p. 7) “O conhecimento é partilhado, pertencente à comunidade, e validado por meio de consensos coletivos e práticas comuns”.

“Língua”, identificada na dimensão da “oralidade”, é fundamental para a transmissão do conhecimento e preservação da memória coletiva. Assim como os povos, as línguas faladas

por essas populações também são diversas e variam conforme sua região no Brasil. Segundo Fonseca (2025, p. 7) “Nas culturas indígenas, o saber é preservado em narrativas orais, cantos, rezas, histórias de criação e mitos fundadores”. Esse conhecimento é preservado e compartilhado entre gerações por meio da escuta, da prática e das manifestações culturais. Tal perspectiva vai ao encontro do que afirma Baniwa (2023, p. 12): “Cada povo recebeu primordialmente capacidades para construir seu sistema próprio de comunicação por meio das linguagens faladas, ritualizadas, grafadas (escrita, desenhos, petróglifos) e símbolos”.

“Localização geográfica específica” corresponde a “territorialidade” e está relacionada diretamente ao conhecimento e ao território ancestral. O conhecimento está profundamente ligado ao contexto em que é produzido, surgindo da relação concreta com o território e com as vivências nele construídas. Por isso, não pode ser retirado desse contexto ou generalizado sem que parte de seu significado seja perdida. Nesse sentido, o território não é apenas o espaço onde o conhecimento se desenvolve, mas também sua fonte, seu lugar de preservação e um agente ativo em sua construção. Assim, desvincular o conhecimento indígena de seu território representa uma forma de violência epistêmica, ao desconsiderar as bases que lhe dão sentido e existência (Fonseca, 2025).

Segundo Baniwa (2023, p. 13) “A territorialidade indígena atua como um estado de espírito da existência e os ritos e as memórias históricas como referências de identidade e da consciência humana e sociocósmica”. Já Krenak (2020) afirma que “Quando os povos originários se referem a um povo como ‘uma nação que fica de pé’ estão fazendo uma analogia com árvores e florestas. Pensando as florestas como entidades, vastos organismos inteligentes” (Krenak, 2020, p. 25). A territorialidade indígena é apresentada, desse modo, como uma relação entre comunidade, floresta e ancestralidade. Diante dos resultados analisados, infere-se que o uso do Tainacan como repositório digital tem potencial significativo para a representação e salvaguarda de informações relacionadas ao patrimônio cultural indígena, sobretudo por sua flexibilidade na criação e adaptação de esquemas de metadados.

A compatibilidade identificada entre os metadados do museu, a Resolução Normativa Ibram n. 6 de 2021 e as características estruturantes do conhecimento indígena (CECI) demonstra que a plataforma pode ir além de uma descrição técnica dos objetos, permitindo incorporar aspectos culturais, sociais e epistemológicos fundamentais para uma representação mais ética e contextualizada. Contudo, a análise também evidencia que a

simples presença dos campos não garante, por si só, uma representação adequada, sendo indispensável a construção desses registros em diálogo com os povos indígenas, respeitando suas formas de organização do conhecimento, línguas, territorialidades e modos de transmissão cultural.

Dessa forma, a representação da informação e do conhecimento em ambientes digitais deve ser compreendida não apenas como um processo técnico, mas como uma prática de reconhecimento, valorização e preservação dos saberes indígenas, contribuindo para a salvaguarda de memórias, identidades e patrimônios historicamente marginalizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar em que medida o repositório digital do museu do Índio, utilizando como plataforma o Tainacan, pode contribuir para a salvaguarda digital da informação indígena, considerando tanto os aspectos técnicos da representação da informação e do conhecimento quanto a necessidade de contemplar as especificidades dos povos indígenas. A partir da análise dos metadados do item “Cobre-nuca de capacete”, pertencente à coleção “adornos plumários”, foi possível identificar que a estrutura adotada pelo museu apresenta alinhamento significativo às orientações estabelecidas pela Resolução Normativa Ibram n. 6, de 2021, ao mesmo tempo em que possibilita a incorporação de dimensões fundamentais do conhecimento indígena.

Os resultados demonstram que o Tainacan, devido à sua flexibilidade na configuração e personalização de metadados, constitui uma ferramenta promissora para a organização, preservação e difusão de acervos relacionados aos povos indígenas. Essa característica permite que os esquemas descritivos ultrapassem uma perspectiva meramente técnica ou documental, favorecendo a inclusão de elementos que expressem significados culturais, memórias coletivas, vínculos territoriais e modos próprios de produção e transmissão do conhecimento.

Entretanto, também se evidencia que a adoção de plataformas digitais e de padrões de metadados, por si só, não garante uma representação plenamente adequada das informações e do conhecimento indígenas. Para que a salvaguarda digital seja efetivamente comprometida com a preservação desses saberes, é fundamental que a construção, a descrição e a gestão dessas informações ocorram em diálogo com as próprias comunidades

indígenas, assegurando seu protagonismo e seu direito ao controle sobre seus patrimônios materiais e imateriais.

Assim, entende-se que a representação da informação em repositórios digitais deve ser concebida como um processo que vai além da organização de dados, configurando-se como uma prática de valorização cultural, reconhecimento e reparação histórica. Ao considerar as especificidades dos conhecimentos indígenas e respeitar suas formas próprias de existência e transmissão, os ambientes digitais podem se tornar importantes instrumentos de fortalecimento da memória, da identidade e da autonomia desses povos. Dessa forma, esta pesquisa contribui para ampliar as discussões sobre a necessidade de construção de sistemas informacionais mais inclusivos, sensíveis à diversidade cultural e comprometidos com a salvaguarda digital do patrimônio indígena.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maika Rodrigues. **Deles, por eles, para eles**: a organização da informação do acervo digital do Centro de Documentação e Pesquisa Indígena (CDPI) da Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre). 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

ARRUDA, Maria Aparecida Jacques de; CALDAS, Rosangela Formentini. Proposta de gestão por meio de sistema de mediação cultural: saberes indígenas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** […]. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 1-16. Disponível em: https://enancib.emnuvens.com.br/ENANCIB/pt_BR/article/view/172. Acesso em: 24 maio 2026.

BANIWA, Gersem. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 9-32, 2023. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76035. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Por que continuamos a usar o nome Museu do Índio**. Brasília, DF, 12 dez. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2024/por-que-continuamos-a-usar-o-nome-museu-do-indio. Acesso em: 6 nov. 2026.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza. **A gestão do conhecimento indígena**: proposta de um modelo conceitual para o contexto amazônico. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/8090e4cd-9d55-40fe-bd83-ebab5efe1ced. Acesso em: 24 out. 2026.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza. A anatomia do conhecimento indígena na perspectiva da Ciência da Informação: uma percepção epistemológica. **Palabra Clave (La Plata)**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, e284, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.24215/18539912e284. Acesso em: 22 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)**. Resolução Normativa Ibram nº 6, de 31 de agosto de 2021.** Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Brasília, DF: Ibram, 2021. Disponível em: gov.br/museus – Resolução Normativa Ibram nº 6. Acesso em: 22 maio 2026.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Ademar dos Santos; MUSTAFA, Amanda Ramos; PERES, Claudio Afonso; BELÉM, José Renan de Souza *et al.* A situação das línguas indígenas na Amazônia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-17, mar. 2026. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.25343. Acesso em: 30 maio 2026.

MONTEIRO, Gustavo. Tainacan Museu do Índio. **Mapeamento das Coleções Etnográficas**, [*s. l.*], 23 fev. 2026. Disponível em: https://colecoesetnograficas.uff.br/tainacan-museu-do-indio.htm. Acesso em: 24 out. 2026.

PERIOTTO, Caroline; ARAKAKI, Felipe Augusto; GRACIOSO, Luciana de Souza; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes *et al.* Representatividade de etnia indígena em produção científica no Repositório Institucional da UFSCar: reflexões e ações preliminares. *In*: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA, 7., 2024. **Anais** […]. [*S. l.*]: WIDaT, 2024. v. 7, e171. Disponível em: https://doi.org/10.22477/vii.widat.171. Acesso em 23 maio 2026.

SANTOS, Rejane Valéria; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Atenção online da produção científica dos repositórios institucionais brasileiros: uma análise altimétrica. **Biblios**: Journal of Librarianship and Information Science, [*s. l.*], n. esp., e004, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5195/biblios.2025.1303. Acesso em: 5 jun. 2026.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Intelectuais indígenas e vocabulário político-ontológico: repensando a produção do conhecimento histórico no Antropoceno. **Tempo**, Niterói, v. 32, n. 1, e320101, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2024v320101e320101. Acesso em: 6 jun. 2026.

TORINO, Emanuelle; CARRASCO, Lais Barbudo; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Representação de objetos indígenas em ambientes digitais: a iniciativa Local Contexts. In: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA, 7., 2024. **Anais** […]. Porto Velho, RO: WIDaT, 2024. e195. Disponível em: https://doi.org/10.22477/vii.widat.195. Acesso em: 23 maio 2026.